

SESSÕES DO PLENÁRIO

44ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Presidente procede a leitura do despacho.)

OFÍCIOS

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência na sessão do dia 27/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sandro Régis, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 13, 15, 16, 29 e 30/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência na sessão do dia 27/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sei se V.Ex^a teve oportunidade e os demais parlamentares, de ler, hoje, no Jornal a Tarde , uma declaração do secretário da Fazenda, Carlos Martins, declaração essa leviana, irresponsável, inconsequente, covarde. A quem acusa cabe sempre o ônus de dar os “nomes aos bois”.

O secretário Carlos Martins, meu caro Presidente, - e vou acionar o procurador da Casa, - deputado Clóvis Ferraz, para que tome as providências imediatas, convocando o secretário para vir aqui dizer o nome dos deputados que, segundo ele, estão perseguindo-o pessoalmente por conta dele não ter concedido a anistia de endereço de parlamentares desta Casa.

Cabe a ele, tem obrigação de dar o nome, senão os 63 parlamentares estão envolvidos e cabe a ele também o ônus da prova, porque até onde eu sei e até onde meus conhecimentos vão, deputado João Bacelar, a anistia não cabe a um secretário, não tem competência para isso. Cabe a esta Casa Legislativa, se for acionada através de um projeto de lei pelo Exm^o Sr. Governador, julgar ou não pertinente a anistia.

Chego a imaginar, pelas declarações desse secretário, que teve, por enquanto, dois grandes méritos na sua administração. O primeiro mérito, secretário Carlos Martins, dividir a Secretaria da Fazenda. Segundo mérito do secretário Carlos Martins, quebrar o Estado da Bahia. Os seus próprios técnicos que aqui estiveram, ontem, Washington e Humberto, confirmaram na presença dos jornalistas e na minha presença, da presença do líder do governo Waldenor, dos deputados Gildásio Penedo, Paulo Câmera e Pedro Alcântara, de que no próximo quadrimestre, o Estado estoura o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, para pagamento do servidor público.

Este é o grande mérito, secretário; e tem uma insinuação, também na sua nota, que esta sim, me diz respeito. Dizer que uns defendem empresas e direciona a mim a outra acusação, dizendo que é por conta do projeto da Sefaz. Gostaria de dizer e deixar registrado, defendi sim, o IAF. A Casa toda sabe, a Bahia toda sabe, mas defendi com argumentos, defendi de acordo com o juramento que fiz quando assumi, desde meu primeiro mandato, de respeitar a Constituição do nosso estado e isso eu fiz, porque o projeto que aqui foi aprovado, foi aprovado de uma maneira incondicional.

Mas, não levo, secretário Carlos Martins, responsável por quebrar o Estado da Bahia, meus assuntos políticos para o lado pessoal, como V.Ex^a insinuou ao meu respeito. Faço, de acordo com a minha consciência e quando vejo que mesmo defendendo princípios que acredito, sou vencido, quando necessário e quando tenho instrumentos, utilizo-os. Foi o que fiz, através do meu partido, o DEM, entramos com

a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no Supremo Tribunal Federal, considerando que o projeto encaminhado pelo Exmº Sr. Governador com relação à Sefaz, é inconstitucional.

E, digo mais, secretário, quem trata dos assuntos pessoais é V.Exª, que não tem competência para tratar os assuntos. Hoje mesmo, numa entrevista na Rádio Sociedade, por que V.Exª não foi lá para debater comigo? Coloca o secretário Walter Pinheiro, a quem tenho estima e consideração, mas não é pertinente. A falha é do secretário da Fazenda, que repito, foi o responsável por dividir e quebrar a Secretaria da Fazenda, e agora tem o mérito de quebrar o Estado da Bahia, nem recurso para pagar a folha de pagamento tem. Segundo os técnicos que ele mesmo encaminhou a esta Casa ontem, se não for aumentada a arrecadação, o Estado não haverá recursos para pagar os seus servidores.

Veja, meu caro presidente, a que situação chegamos por ter um secretário incompetente. E é nesse sentido que já estou acionando esta Casa - e oralmente o deputado Clóvis Ferraz - para que convoque o secretário para vir dar “nome aos outros bois” porque eu assumi aí com relação ao Sefaz, mas não trato pessoalmente como ele pensa. Com relação aos parlamentares desta Casa que têm envolvimento, que foram defender empresa pedindo anistia, quero - e esta Casa precisa saber das empresas, dos parlamentares -, saber mais ainda se ele está tendo competência e se já anistiou alguma empresa porque esse é um crime gravíssimo, mais um que comete o secretário. Depois de ter dito que o Estado tinha 1 bilhão - mentiroso, não tinha, porque esse dinheiro era de convênio, era do Funprev -, ele foi obrigado a confessar que blefou. Agiu errado novamente quando cancelou 220 milhões de empenhos, muitos deles liquidados e outros já pagos.

Estive no Tribunal de Contas, deputado Gilberto Brito, que é o nosso órgão auxiliar e a auditoria por nós solicitada, já começou. Já existe algum levantamento de dados, deputado Gilberto. E, infelizmente...

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- (...) digo infelizmente porque eu gostaria de que o Estado estivesse em melhores mãos, pois o que denunciei, foi encaminhado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, muitos desses dados já estão sendo comprovados e farão parte não sei se da prestação de contas do governador no ano de 2008. Esse relatório deverá ser lido e apreciado no dia 2 de junho no Tribunal de Contas, onde eu estarei presente para que através dessa Comissão traga para conhecimento desta Casa Legislativa, antes que chegue para votação, as mazelas que existem nas contas perpetradas e pactuadas por este incompetente, que dividiu a Secretaria da Fazenda e quebrou o Estado da Bahia, secretário Carlos Martins.

E repito, declaração inconsequente como inconsequentes, são os atos que ele tem tido à frente de uma secretaria tão importante, mas que está “jogada às traças” e quem fala por ela no momento é o secretário Walter Pinheiro. Talvez, o governador tenha evitado que ele fale, porque quando abre a boca para falar o que não deve como na entrevista que ele deu ao jornal *A Tarde*.

Então, espero que esta Assembleia tome providências e convoque o secretário

Carlos Martins para que venha a esta Casa dizer se tem dado anistia. Só assim os parlamentares desta Casa poderão pressioná-lo para agir de uma maneira talvez a que ele não esteja acostumado. Posso aqui dizer que esse não é o costume dos 63 parlamentares. Ele terá que dar os nomes dos parlamentares e das empresas, senão quem fica sob suspeita é o Poder Legislativo do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Parabéns, deputado Gaban.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, inicialmente queria saudar os autistas, os seus familiares e dizer que a luta dos autistas é mais do que justa. Foi aprovada aqui uma lei que está em vigor no sentido de dar um suporte para que os autistas tenham realmente o conforto que merecem e o tratamento que necessitam.

Quero registrar a presença dos familiares dos autistas, dos próprios autistas e dizer que é um prazer muito grande a Assembleia Legislativa receber todos vocês.

Mas, nobre deputado Gaban, ele se encontra aqui no Plenário neste momento, V.Ex^a fala sobre o secretário da Fazenda. Eu queria dizer o seguinte. Quanto ao que sai na imprensa, isso é preciso ser analisado com mais cuidado, porque nem tudo que sai na imprensa sai da forma como foi colocado. Mas posso, aqui, dar o meu testemunho no que diz respeito à seriedade do secretário da Fazenda. Ele é uma pessoa muito séria. Quanto a isso, durante toda a sua militância, ele sempre foi uma pessoa séria, uma pessoa que se pautou pela honestidade, ética e respeito. É uma pessoa democrática. Em toda a sua história, ele demonstra isso. É uma pessoa transparente, democrática e ética.

E, na Secretaria da Fazenda, ele, também, vem fazendo este trabalho, porque é um trabalho muito importante. Não se pode atribuir à crise que o estado da Bahia, o Brasil e o mundo apresentam hoje a uma pessoa, qual seja, o secretário da Fazenda. O secretário da Fazenda não é o responsável pela crise que estourou nos Estados Unidos, melhor dizendo, na maior potência econômica e militar do mundo. Esta crise interfere na vida de milhões de pessoas no mundo inteiro. Então, não é o secretário da Fazenda responsável por esta crise.

O secretário da Fazenda vem administrando a sua pasta na melhor forma possível. A crise, ela existe e é inegável. Ela atinge todos nós, atinge todos os municípios, atinge todo o Estado da Bahia, atinge o Brasil e atinge o mundo. Portanto, eu quero deixar claro aqui que, até então, todas as medidas do secretário da Fazenda têm sido coerentes; inclusive a medida aqui bastante contestada pelo deputado Gaban – nós tivemos oportunidade de ter grandes debates aqui – que foi a questão da aprovação do projeto do fisco.

Este projeto foi aprovado pela ampla maioria dos deputados aqui. É um projeto que vai beneficiar o Estado da Bahia ao evitar o retrabalho e agilizar o serviço público. É um projeto muito importante. À época, aqui foi questionado o fato de que

o projeto era inconstitucional. Mas a Justiça da Bahia não o considerou inconstitucional. Inclusive, houve um mandado de segurança ingressado para que o projeto não fosse votado. Mas a Justiça não o acatou.

Referiu-se aqui a alguns pareceres do Ministério Público e da OAB. Mas, na realidade, os pareceres não se referiam àquele projeto e sim a outra situação que não tem relação com o projeto aprovado aqui.

Portanto, o secretário da Fazenda tem agido de forma correta, tem sido um secretário competente, preparado, transparente e democrático. Esta é a história do secretário, agora, na pasta da Fazenda e esta foi a sua história durante todo o movimento sindical onde eu tive a oportunidade de, também, presenciar e militar junto com o companheiro, hoje secretário, Carlos Martins.

Portanto, eu não considero que proceda aqui as colocações do deputado Gaban, pois elas não procedem, não correspondem ao que, de fato, o secretário é. O secretário é uma pessoa democrática, transparente, séria e age com muita ética. Por isso, é importante que nas reportagens analisem-se e façam uma filtragem a fim de se constatar o que, de fato, está sendo colocado para não cometer injustiças como a injustiça cometida aqui da parte do deputado Gaban contra uma pessoa séria que é o secretário Carlos Martins.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra do deputado João Carlos Bacelar, meu amigo, presidente do PTN do estado da Bahia.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado Misael Neto, que preside esta sessão, deputada Eliana Boaventura, Srs. Deputados, no último mês de abril o governo do Estado editou dois decretos, 11.462 e 11.470, que praticamente determina o fim do comércio atacadista de bebidas na Bahia, abrindo espaço com esses decretos para os sonegadores e para o mercado clandestino do Estado, voltando a uma situação anterior a 2004.

Até 2004 poucas empresas operavam no setor atacadista de bebidas, na Bahia, e as que operavam eram deficitárias, praticamente todo comércio de bebidas era feito por sonegadores, que traziam ilegalmente a mercadoria dos estados de Pernambuco e de Alagoas, porque esses estados tinham carga de ICMS de 3 a 5% , e a Bahia 20%.

Para se ter uma ideia, o maior comprador de whisky do Nordeste era o estado de Pernambuco, e o segundo maior comprador de whisky, o estado de Alagoas. Toda bebida da Bahia era clandestina, contrabandeada.

Em 2004, essa realidade começa a mudar, e o governo Paulo Souto em 2006 consegue reverter esse quadro, com introdução de uma redução de base de cálculo de 55%, para atacadistas de bebidas, e a Bahia passou a ter uma carga de impostos compatível com os outros estados.

Com isso foi dado um golpe mortal aos sonegadores, abrindo espaço para o comércio regular. Várias empresas atacadistas voltaram a comercializar bebidas, e novas empresas foram abertas.

Houve um aumento de arrecadação, um colapso no contrabando e um aumento

na geração de emprego e renda no setor atacadista de bebidas.

Em 2009, há um aumento brutal de tributação: o IPI salta de 30 para 252%, e com esses dois decretos o ICMS passa de 305%, para 712%.

Qual é a perspectiva do comércio atacadista de bebidas na Bahia? Primeiro, o encerramento da atividade de várias empresas, gerando uma queda no emprego e na renda; segundo, uma queda drástica de arrecadação; terceiro, o Espírito Santo se torna o maior comprador de whisky e bebidas, e a Bahia começa novamente a contrabandear bebidas do Espírito Santo. Isto é um retorno melancólico à situação de 2004.

Quero daqui fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, para que reveja os decretos 11.462 e 11.470.

Não houve adesão de todos os estados através de convênios, e os que não assinaram o protocolo, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e os estados do sul, passarão a suprir a Bahia de maneira informal, através de sonegadores, e vai quebrar o comércio formal dos atacadistas de bebidas.

Sr. Governador, o nosso Estado perde espaço em todas as áreas, perde espaço por questões estruturais, perde espaço pela falta de infraestrutura física. E agora V.Ex^a com esses dois decretos cria um sério problema para o comércio atacadista de bebidas: desemprego, sonegação, queda de arrecadação, fechamento de empresas. Isso tem sido o resultado dos seus dois decretos. Por isso, fica aqui um apelo no sentido da revogação deles.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ferreira Ottomar):- Com a palavra o nobre deputado Misael Neto, do DEM.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, deputado Ferreira, agradeço-lhe por assumir a presidência enquanto faço uso da palavra. Srs. Deputados, presentes às Galerias, saúdo de forma especial todas as famílias que nela estão ligadas aos autistas. Tive a alegria de há 2 anos, no início de 2007, deputado João Carlos, travar durante toda a madrugada uma verdadeira guerra para derrubar o veto do insensível governador Jaques Wagner à lei que havia sido aprovada nesta Casa, de autoria do padre Joel. Eu ainda não estava na Assembleia quando da sua aprovação. Foi sancionada pelo então governador Paulo Souto, mas com o ingresso do governador Wagner houve o veto, e ela acabou retornando para cá.

Numa verdadeira guerra de Davi contra Golias, deputado João Carlos Bacelar, conseguimos derrubar o veto do governador, apesar de toda a mobilização que o deputado Álvaro Gomes fez naquela madrugada para que não derrubássemos o veto. Como disse, uma verdadeira guerra de Davi contra Golias. E conseguimos a sanção da lei. Foi sancionada pelo presidente desta Casa, deputado Marcelo, numa verdadeira luta que não era somente dos deputados, mas de todas as famílias que estão no dia a dia querendo melhorias.

Deputado Álvaro Gomes, Vice-Líder do governo, as famílias dos autistas estão clamando uma audiência com o governador Jaques Wagner. V.Ex^a tem sido um

intenso defensor do governo, revezando-se com o deputado Waldenor. E até atua mais do que ele em presença nesta tribuna. Então, com certeza, conseguirá uma audiência com o governador Jaques Wagner para discutir a questão das famílias dos autistas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vim a esta tribuna para tratar também de um outro assunto importante. Ontem discutíamos na madrugada, na sessão desta Assembleia, a questão financeira do Estado, que ferirá a Lei de Responsabilidade Fiscal por estar utilizando mais do que o índice previsto na Constituição Federal no gasto com pessoal.

E mais: tem atrasado também o pagamento a fornecedores em todas as suas secretarias. Quando estava vindo para a sessão, deputado João Carlos, acessei um dos mais novos *blogs* da Bahia, do brilhante e atuante jornalista Luís Augusto Gomes, correspondente da *Tribuna da Bahia*. Ele lançou esse blog há pouco mais de 1 mês. O www.porescrito.com.br traz a notícia exclusiva, deputado Clóvis Ferraz, com o título “Del Carmen deixa Conder”.

Aqui, deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a pode vir dar uma explicação também se essa informação procede. Creio que proceda. O jornalista Luís Augusto é bicampeão nesta Casa, já ganhou duas vezes o prêmio de destaque como jornalista pela cobertura da Assembleia Legislativa e traz a informação de que a Maria Del Carmen está deixando a Conder. Uma nota curta diz o seguinte: (lê) “*Fonte da cúpula do governo Wagner informou ao Por Escrito que a engenheira Maria Del Carmem Fidalgo acaba de ser convidada à Governadoria para ser informada da sua exoneração da presidência da Conder. Será substituída por Marcos Villas Boas, oriundo da OAS.*”

Talvez esta, deputado João Carlos, seja a grande notícia de mudança que esse governo Jaques Wagner pode ter. Agora vamos ter licitação, bem lembrado, deputado João Carlos, agora vamos ter licitação.

Maria Del Carmem, que será lembrada por esse governo, se essa nota se confirmar, como a responsável por atraso de fornecedores, por fazer obras sem licitação e por ter gasto o que devia e o que não devia no estádio de Pituaçu.

Era o que eu tinha a dizer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ferreira Ottomar):- Próximo orador, Gilberto Brito, do PR.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Amanhã nós teremos na Casa uma sessão especial em homenagem aos 50 anos dos trabalhos da Irmã Dulce, o Anjo Bom da Bahia.

As Galerias estão repletas de outros anjos bons que conduzem e cuidam das crianças autistas, que tanto dependem da atenção, do carinho e do reconhecimento de nós todos. Existem duas faixas postas nas Galerias: “Autistas pedem socorro”; “A AMA-Bahia depende do apoio dos Srs. Deputados”.

Eu gostaria, deputado Álvaro, deputado Luiz de Deus, deputado João Bacelar, deputado Clóvis, deputado Misael e nosso estimado e querido amigo deputado Ottomar, eu acho que nós temos uma responsabilidade muito grande, acho, inclusive,

dentro de cada um individualmente. Nós temos condições de fazer alguma coisa que possa socorrer o momento de angústia que está atravessando a AMA, especialmente no que concerne ao aluguel da casa. É triste a gente dizer isso.

Eu gostaria de conclamar os colegas para que nós possamos, de uma forma coesa, somar os esforços, e gostaria também, daqui desta tribuna, solicitar aos diversos órgãos do governo do Estado, secretarias diversas, ao próprio gabinete do governador, para que escutem as angústias, as preocupações e o sofrimento das mães dos autistas e das mães que não são dos autistas, mas que cuidam de autistas, para que nós possamos confortar essa instituição, ou seja, esse pedaço de bondade que a Bahia tem, que são as abnegadas mães que cuidam dessas crianças, a quem o destino reservou, sem dúvida nenhuma, o sofrimento de amar.

Mas, deputado Luiz de Deus, o que me traz especificamente aqui hoje foi a matéria veiculada no domingo último, no programa *Pequenas Empresas, Grandes Negócios*, que antecede ao programa *Globo Rural*, do qual sou telespectador desde a sua criação, há aproximadamente 30 anos. A reportagem do *Pequenas Empresas, Grandes Negócios*, deputado Luiz de Deus, trouxe um tema pequeno, mas que entendo da maior relevância.

A sinalização de trânsito de cada perímetro urbano extrapola, às vezes, valores que jamais poderíamos imaginar. Procurei desvendar a razão disso e fui informado que esse problema está ligado diretamente ao elevado custo das placas de sinalização, que são feitas dentro de um padrão e com material sofisticado.

O programa *Pequenas Empresas, Grandes Negócios*, deputado Ferreira Ottomar, veiculou, domingo, uma reportagem fantástica a respeito de algumas cidades de São Paulo que já estão utilizando placas de sinalização de trânsito de plástico confeccionadas com o produto da reciclagem de garrafas *pet*.

Ao tomar conhecimento dessa grande invenção, dessa grande economia e preservação ambiental entrei em contato com o secretário da Administração, cuja Secretaria está ligada ao Detran, e tentei falar com o diretor de lá, mas não foi possível.

Hoje, protocolei na Secretaria da Casa uma indicação para que o Detran da Bahia adote as placas de sinalização feitas com o produto da reciclagem de garrafas *pet*. Isso não somente, deputado Luiz de Deus, propiciará renda para as pequenas cooperativas dos municípios, que muitas vezes coletam as garrafas e revendem, como também poderemos gerar mais emprego e renda na capital ou em qualquer outro município do Estado com a confecção dessas placas em substituição àquelas de metal, confeccionadas no município de Santa Catarina utilizando material importado.

Fica aqui essa colocação e mais essa indicação para que, querendo, o governo absorva algo que possa economizar não somente os gastos, mas também preservar o meio ambiente.

Gostaria de aproveitar o ensejo para pedir as minhas escusas ao deputado Ferreira Ottomar, porque quando eu nominava os colegas presentes no Plenário por um lapso de memória o seu nome faltou, o que não significa que não reconheçamos a sua dedicação, o seu zelo e compromisso com o bem estar social, a exemplo da sua

grande creche, situada no município de Camaçari, onde ele e sua família cuidam com tanto amor e dedicação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Deputado Gilberto Brito, sempre muito elegante nas suas colocações, tendo certeza que na próxima oportunidade não será uma indicação, e sim um projeto de lei. V. Ex^a, na função de relator da proposta de Emenda Constitucional do deputado Gildásio Penedo, irá retornar às Assembleias o poder de legislar.

Com a palavra o deputado Luiz de Deus pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores das galerias, venho a esta tribuna com o objetivo de fazer o contraditório ao pronunciamento do deputado Álvaro Gomes.

Deputado, se V. Ex^a quer realmente defender o Sr. Secretário da Fazenda melhor não o faz do que com o silêncio. Se V. Ex^a ficar calado estará defendendo melhor o Sr. Secretário da Fazenda. O senhor sabe perfeitamente que no episódio do projeto do Fisco tudo partiu, deputado, do Partido de V. Ex^a.

V. Ex^a sabe perfeitamente que um representante, mais precisamente um sindicalista do seu Partido, foi ao governo fazer esse pleito durante a campanha, e o Sr. Governador se comprometeu a resolver isso aqui. Aquele absurdo veio para esta Casa e terminou sendo aprovado. V. Ex^a sabe que as atribuições dos auditores fiscais são umas e as dos agentes de tributos são outras. E o que ele fez? Tornou essas atribuições exatamente iguais, com o único objetivo de, num futuro bem próximo, esses agentes de tributos entrarem na Justiça pedindo um tratamento igualitário, podendo ter o seu salário equivalente ou assemelhado. V. Ex^a sabe perfeitamente disso. Isso não é invenção, não é nenhuma mendacidade, esse termo há pouco um jornalista me lembrava, aqui, da Oposição.

Ora, logo depois, vem o Sr. Secretário da Fazenda, faz aquela carta, que tive a oportunidade de comentar aqui, ao Líder da Minoria. V. Ex^a sabe perfeitamente que ali não tem absolutamente nada que seja verdade. Ele dizia, nessa correspondência, que a receita tinha caído em virtude de o Estado da Bahia ter uma matriz econômica na qual a petroquímica, a energia elétrica e as telecomunicações formavam essa matriz econômica. O que quero dizer com isso? Que eram responsáveis pela esmagadora receita do ICMS do Estado da Bahia, e essas receitas tinham caído nesse período de janeiro a abril de 2009.

V. Ex^a sabe que isso também não é verdade. V. Ex^a sabe perfeitamente que essa receita não aumentou o quanto ele esperava, mas aumentou em torno de 25 milhões. O importante é dizer que ela não caiu e, se tivesse caído, não seria às custas da petroquímica, que tem no petróleo o seu representante máximo. Queria ele dizer que o barril do petróleo despencou de 147 para 50 dólares.

Mas V. Ex^a também sabe, e eu disse aqui, que a nossa Petrobras não negocia, não vende óleo bruto, ela vende o produto industrializado: a gasolina, o óleo diesel e a nafta. Nisso, não houve queda, como também, a bem da verdade, não houve

aumento no tempo em que o petróleo atingiu aquela cifra de 147 dólares. O consumidor brasileiro não pagou um preço equivalente, como nos outros países. E, também, quando ele despencou, não tivemos os preços despencados, como ocorreu nos outros países, deputado. Essa é a verdade.

Espero, deputado, com a tolerância de V.Ex^a, a respeito do projeto de ontem, do empréstimo, todo mundo sabe, e eu votei a favor do projeto, que o Estado da Bahia está quebrado, falido, e V.Ex^a sabe disso.

Senão, me diga, deputado, por que o Estado não contrata delegados de polícia, se existem 135 municípios sem delegado? Por que o Estado não contrata professores, já que a estudantada está sem professores, com um déficit de 7.158 professores? Me diga, deputado, o porquê disso. Por que o Sr. Secretário da Fazenda não paga os empreiteiros, os empresários que concluíram suas obras? É isso que V.Ex^a precisa dizer aqui da tribuna. Se V.Ex^a não tem capacidade de responder a esses argumentos, defenda o Sr. Secretário da Fazenda com o seu silêncio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Parabéns, deputado Luiz de Deus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Ferreira Ottomar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, deputado Misael Neto, quero saudar os colegas deputados e também as mães de família, as pessoas que coordenam esse grupo de crianças autistas, que tanto precisam da ajuda desta Casa e dos deputados. Quero também parabenizar o deputado Gilberto Brito pelas suas colocações.

Nós, deputados desta Casa, temos que dar as mãos, estão pedindo uma audiência com o governador, à qual todos deputados que puderem devem se fazer presentes para dar uma força às pessoas que dirigem a ONG que cuida dessas crianças.

Deputado Gilberto Brito, todo mundo nasceu para fazer filantropia, todas as pessoas nasceram com o dom de fazer coisas em prol do ser humano sem ganhar nada, a troco de nada. Então, queria fazer um apelo aos colegas deputados desta Casa para que déssemos essa grande contribuição, marcando essa audiência com o governador. Se alguns deputados não puderem ir, que vá uma parte dos deputados, mas não deixem essas pessoas irem sozinhas. Estou fazendo um apelo a esta Casa, estou pedindo uma ajuda, porque essas pessoas não podem viver de esmolas, recebendo 10 de um 10 de outro. O Estado precisa assumir essa organização, pois são milhares de pessoas com esse problema.

Tenho uma sobrinha com esse problema, que começou quando ela tinha quatro anos, hoje ela tem 54 anos e ainda é uma criança. Pai e mães não são perpétuos, hoje ou amanhã poderão vir a falecer, e essas crianças serão cuidadas por uma irmã ou um tio, mas muitas vezes a família não assume. Assim, é o Estado que tem a obrigação de assumir. Por isso, acho que o governador Wagner vai aceitar o nosso pedido de

audiência, contribuindo para que essas pessoas continuem com essa vontade de fazer filantropia e ajudar outras pessoas que tanto precisam e merecem.

Quando querem fazer um carnaval, em Salvador, ou uma festa de São João ou uma micareta em toda a Bahia, não falta dinheiro, gastam-se dois ou três milhões de reais numa festa dessa no interior da Bahia. Na minha cidade, gastam-se quatro milhões de reais no São João ou numa micareta. Quem leva esse dinheiro são as bandas, que tocam durante duas horas e levam 80, 100 mil reais! E o pagamento tem que ser antecipado, senão elas não tocam. Nunca ouvi dizer que essas bandas dessem uma pataca furada para as ONGs como as que cuidam dos autistas. Os seus donos ficam milionários, compram apartamentos de cobertura, investem em bolsa de valores, enquanto o povo fica mais miserável, mais pobre.

Então, este País é desigual e precisa ser consertado. Aqui a Justiça só funciona para os ricos. Precisamos acordar, o problema desse pessoal é o de cada um de nós. Qualquer problema que haja com um ser humano, com o semelhante, hoje, amanhã ou depois acabaremos participando dele.

Tenho uma fundação e sei o quanto é difícil cuidar de criança, porque o que as pessoas muitas vezes dão é esmola. O comerciante, a pessoa rica prefere, muitas vezes, fazer uma casa que custa milhões de reais, gastar 50 mil reais para pôr grades nela, mas não tem a coragem de ajudar uma criança, uma creche, uma fundação. Vai a um restaurante com três ou quatro amigos e gasta 450 reais num almoço. Uma criança, numa creche, custa apenas 123 reais, para tomar café da manhã, almoçar, merendar e ir embora para casa, com cabelo penteado, banho tomado, odontólogo cuidando do dentinho dela. Isso, repito, custa apenas 123 reais, mas ninguém quer ajudar, prefere-se comprar carro blindado, andar com segurança a cuidar da causa da criança, que é a base de tudo.

Então me dói quando vejo essas mães de família, e essas pessoas ainda querem fazer favor, cuidar da vida dos outros e precisam do poder público, mas alguém põe dificuldades.

Peço aos poucos deputados que estão aqui hoje que marquemos uma reunião com o governador para pedirmos, juntos, que ele sancione esse projeto aprovado aqui nesta Casa. Queria ver esse projeto, realmente, em ação...

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Para concluir, deputado.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- (...) para que essas crianças possam ser felizes. E elas precisam dessa vontade do governo.

Muito Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Clóvis Ferraz falará ainda no Pequeno Expediente, que termina agora às 15h, tendo em vista que houve um acordo de Lideranças para que ele use a tribuna por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Agradeço tanto ao Líder em exercício da Maioria, deputado Álvaro Gomes, como ao Vice-Líder da Oposição, Luiz de Deus.

Com a palavra o futuro presidente da Unale, deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} da Imprensa, quero saudar os representantes dos autistas presentes às Galerias. O deputado Misael Neto bem lembrou a nossa luta aqui, principalmente dos deputados da Oposição, para derrubarmos aquele veto do governador ao projeto dos autistas.

Acho que essas justas reivindicações merecem o apoio dos deputados e da sociedade como um todo. E o governador deve receber em audiência a Associação dos Autistas do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não estava presente no início da sessão, mas ouvi o deputado Gaban falar a respeito das declarações do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, que levantou – não sei se a imprensa informou o que ele disse – suspeitas sobre alguns deputados que estavam reclamando ou batendo nele, insinuando que agiam assim porque não foram atendidos nos seus pleitos de anistia para algumas empresas.

Não sei se o secretário realmente disse isso ou se o jornal foi fidedigno à fala dele. Entretanto, se falou, acho que está incorrendo num erro grave. Até porque, se houve deputado – da Oposição ou mesmo do governo, visto que não está bem claro – que lhe solicitou anistia para empresas, ele deve dizer o nome. Não pode é acusar indistintamente os parlamentares de estarem fazendo *lobby* para anistiar empresas. Repito, se realmente ele fez essa acusação, terá de dizer os nomes para que não incida sobre todos os deputados essa pecha de lobistas junto a uma secretaria de Estado.

Sei que há parlamentares aqui que defendem alguns direitos das empresas, como falou hoje o deputado João Carlos Bacelar sobre a questão dos impostos que recaem sobre as bebidas. Havia antes um acordo, e um decreto do governo anterior diminuiu a alíquota do imposto sobre as bebidas para que os sonegadores não tomassem conta do mercado. Até por que em outros estados o comércio de bebidas é exercido, mas a alíquota que recai sobre ele é normal. Mas aqui, na Bahia, a alíquota cobrada era exorbitante. Então, foi feito o decreto que diminuiu a alíquota e permitiu que fluísse normalmente o comércio dos atacadistas que estão em dia com o Fisco e querem trabalhar dentro da lei, como a maioria dos atacadistas da Bahia. Eu defendo aqui os atacadistas da Bahia. São empresários sérios.

Ao mesmo tempo em que a Bahia faz essa escorcha fiscal em relação à bebidas, elas têm um imposto mais baixo em outros estados. E o que acontece é que o Estado da Bahia tem perdido arrecadação, emprego e renda porque os atacadistas fecham seus estabelecimentos aqui. E as bebidas continuam a entrar no Estado através do contrabando, por vias ilegais, aí, sim, ocorrendo a elisão fiscal.

Por isso, entendemos que o imposto deve existir, mas que tem que ser justo. Não adianta querer colocar um imposto alto demais, sobretaxar determinados produtos, pois eles acabam sendo comercializados na ilegalidade e na informalidade e

o Estado não arrecada nada.

É isso que tem acontecido atualmente com o comércio de bebidas. Aliás, não apenas com o comércio de bebidas, deputado João Carlos Bacelar, diversos outros produtos tiveram as alíquotas do ICMS aumentadas no Estado da Bahia, e estão chegando produtos, inclusive importados, vindos de vários outros portos do Brasil, como o de Vitória e o de Suape, em Pernambuco, onde se cobram taxas de importação entre 3% a 5%. Enquanto que, aqui, no porto da Bahia, cobra-se 13%...

Concluindo, Sr. Presidente.

E por isso muitos importadores estão trazendo os seus produtos por outros portos, em vez de entrarem pelo porto da Bahia.

Eu acho que o governo do Estado da Bahia deveria analisar essa questão para baixar o imposto de importação nos portos da Bahia, para permitir que esses produtos entrem pelos portos da Bahia, gerando emprego e renda e aumentando a receita do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, mais uma vez...

O Sr. Júnior Magalhães:- V.Ex^a vai derrubar a sessão? Olhe os autistas nas Galerias! V.Ex^a vai derrubar a sessão?

O Sr. Álvaro Gomes:- Não, não. Que a sessão siga normalmente.

Na realidade, discutimos, ainda no Pequeno Expediente,... O horário do Grande Expediente é do PR, e acertamos conceder a palavra ao deputado Clóvis Ferraz. A deputada Antônia Pedrosa também havia solicitado. E, por acordo, a Oposição iria solicitar uma verificação de quórum. Mas há o questionamento do deputado Júnior Magalhães no sentido de se manter a sessão. Então, vamos manter a sessão normalmente, deputado Júnior Magalhães, já que V.Ex^a quer continuá-la. Mas é bom que fique claro que a solicitação de quórum foi uma combinação entre a Bancada da Oposição e a Bancada do governo. Nada foi feito de forma unilateral.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Não há orador inscrito para o Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Convido o deputado Júnior Magalhães, 2º Secretário, eleito pelos parlamentares quase de forma unânime, para ocupar esta Mesa, de forma merecida, deputado, V. Ex^a que é um dos grandes quadros do Democratas na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes

pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, mais uma vez quero saudar os autistas e dizer que houve uma vitória muito grande para eles, decorrente da aprovação da lei que permite maior suporte para esse segmento. Esse projeto do deputado Padre Joel virou lei e está em vigor. Naturalmente que precisa ser implementada, na medida do possível, diante das dificuldades que o Estado passa, mas é uma lei que precisa ser analisada com muito cuidado e implementada da melhor forma e o mais rápido possível. Portanto, quero aqui saudar todos os autistas.

Segundo, queria mais uma vez contestar o nobre deputado Luiz de Deus. Nobre deputado, quero só lhe dar uma informação básica, V. Ex^a não está com essa informação, porque ao se comunicar argumentou que as atribuições dos agentes de tributos são iguais às dos auditores fiscais, e não são. Só para informar, V. Ex^a pode ler com cuidado o projeto e vai ver uma página inteira de atribuições ao agentes de tributos e outra página inteira aos auditores, são atribuições distintas. Os agentes de tributos tem algumas atribuições e os auditores tem outras. Portanto, não são as mesmas. Talvez V. Ex^a esteja querendo se referir exatamente à questão da constituição do crédito...

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Deputado Álvaro Gomes, vou interromper V. Ex^a para conceder uma questão de ordem ao deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, o Grande Expediente era do nosso partido, o PR, e eu deveria fazer um pronunciamento, fui procurado pelo Líder da Maioria e do Governo, em exercício nesta Casa, e fui informado de que havia um acordo para suspender a sessão e que só seria usado o Pequeno Expediente. Então, retornei ao meu gabinete.

Para minha surpresa, depois ouvi que a sessão seguiria normalmente sem prejuízo para meu partido. Então eu quero registrar o meu descontentamento e solicitar que não haja perda, porque a culpa não é nossa. Ele disse que havia um entendimento, fui procurado, eu ia usar o Grande Expediente. Invoco o testemunho do Líder que está na tribuna se esse fato ocorreu ou não.

Isso é importante, deputado. O tempo é de importância fundamental. O nosso pronunciamento tem um conteúdo e uma importância para o Estado e para minha região. Sou igual a V. Ex^a, um deputado vigilante com essas questões. Então, não posso me conformar com o prejuízo, porque um Grande Expediente hoje demora muito tempo a chegar.

Eu estive aqui, há pouco, e quero saber como será equacionado, solucionado esse problema. Exijo a recomposição do meu tempo da próxima segunda-feira. Nós não podemos nos conformar com essa perda do tempo que já é tão exíguo de nosso partido, tendo em vista que somos uma Bancada independente e demora uma oportunidade como essa.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Nobre deputado Pedro Alcântara, quero informar a V. Ex^a que esta presidência tem a obrigação de dar continuidade à

sessão. Isso teria de ser um acordo das Lideranças Partidárias, mas por questões regimentais e pelo seguimento normal da sessão...

O Sr. Pedro Alcântara:- Irei solicitar uma questão de ordem para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Como V.Ex^a desejar, embora eu pense que isso não recupera o tempo que o partido perdeu.

Pela ordem o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- O deputado Pedro Alcântara tem toda a razão, e tenho uma sugestão para resolver esse problema.

Na realidade, a Bancada do governo com a da Oposição conversou. E, tendo em vista que o Plenário está vazio e que saímos de madrugada ontem, combinamos de pedir verificação de quórum para suspender a sessão. Foi isso que combinei. Posteriormente o deputado Júnior Magalhães não concordou com o acordo que havia sido feito e propôs a continuidade da sessão. Resolvemos, então, continuá-la. Entretanto tenho para resolver esse problema, nobre deputado Pedro Alcântara.

Logo após a fala do PTN teremos 3 horários seguidos, o PDT, PR e PSB. São 24 minutos, quase os 25s. Conversando com o deputado Bira Corôa, ele concordou em segunda-feira também ceder o Grande Expediente a V.Ex^a. Portanto, o senhor terá o Grande Expediente na segunda e os 3 horários seguidos. Aliás, podem ser até 4 para V.Ex^a falar ainda hoje, após a nossa fala, se concordar.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sempre primamos pelo entendimento nesta Casa, e como deputado pelo acordo. Não aceitamos a questão se for prejudicar a Bancada que aqui represento. Não tem sentido.

V.Ex^a é testemunha e deu o testemunho exato da conversa, porque eu já havia retornado ao gabinete para atender outras ações do nosso mandato. Mas concordamos com a permuta na próxima segunda-feira. Fica combinado que o Grande Expediente pertencerá ao PR.

Sendo assim retiro a questão de ordem que solicitava o quórum para a continuidade da sessão. Está solucionado o problema porque atende aos interesses da Bancada. O meu intuito não foi prejudicar nenhum colega, porque desejo que todas as sessões aconteçam. Inclusive estou presente a todas elas. E não é de agora, já é de 20 anos. E tenho quase 100% de frequência nesta Assembleia. A própria Casa é testemunha disso.

Portanto, para tudo voltar à normalidade e atender aos interesses de V.Ex^a, para a continuidade da sessão está acordado que na próxima segunda-feira o Grande Expediente passa a ser do PR com a permuta. Agradeço a compreensão do nobre amigo e deputado Álvaro Gomes, que talvez seja um dos parlamentares mais assíduos neste Legislativo. Não haverá prejuízo para o nosso partido, e o meu dever é defender os interesses dele. Então fica registrado que na próxima segunda-feira o Grande Expediente pertencerá ao PR ou a quem o partido indicar.

Peço desculpas pela maneira como cheguei, pois com mais de 55 anos subi e descí escadas rápido, sem pegar o elevador, para defender os interesses da nossa

Bancada . Esse já foi um esforço, considerando a minha capacidade física.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Deputado Pedro Alcântara, dei uma sugestão que foi acatada pelo deputado Álvaro Gomes, que é um parlamentar responsável e dos mais presentes a esta Casa, pelo fato de termos a AMA aqui presente. Tivemos o projeto de lei aprovado neste Legislativo, depois houve o veto. Tive a honra de ser relator desse PL na Comissão de Constituição e Justiça. É um segmento que merece o respeito desta Assembleia Legislativa. Sugeri ao deputado Álvaro Gomes que déssemos continuidade à presente sessão, até porque é um segmento importante que traz suas demandas à Assembleia que precisa intermediar isso perante o governo do Estado, independente de partido, se é governo ou Oposição. Acredito que essa é uma questão que temos que analisar com muito carinho, com muita atenção.

O Sr. Pedro Alcântara:- O motivo é mais do que justo. Concorde também, é mais um reforço no sentido de mantermos a sessão. Concorde plenamente, é uma entidade que sempre teve a nossa simpatia e o nosso apoio nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Retorno a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 7min47seg.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Pedro Alcântara, mesmo com o Grande Expediente na segunda-feira, se V.Ex^a precisar, poderá utilizar os três tempos do PDT, PR e PSDB - e se necessitar, um pouquinho mais. Eu estou falando no horário do PC do B, a deputada Antônia Pedrosa vai falar no próximo horário, depois vem o PTN, aí vem os horários seguidos. O deputado Bira também poderá utilizar os demais horários. Portanto, hoje tem tempo para todos os deputados fazerem uso da palavra.

Retorno aqui, nobre deputado Luiz de Deus, no ponto em que me encontrava: era para mostrar que, na realidade, não são atribuições iguais, são diferentes. Os agentes de tributos têm as suas atribuições, os auditores têm outras atribuições. Na realidade, são atribuições diferentes. O que gerou toda a polêmica foi o fato de os agentes de tributos constituírem crédito para mercadoria em trânsito e para as pequenas empresas. Os auditores continuam constituindo o crédito para as grandes empresas e realizando tarefas mais complexas da Fazenda. Portanto, são atribuições completamente diferentes.

Durante o debate mostramos isso com muita clareza. Quando alguns deputados se referiam aqui aos pareceres da OAB, do Ministério Público, conseguimos provar que o parecer do Ministério Público, o parecer da OAB não tinham nada a ver com o projeto que estava em debate. Na realidade, aquele projeto teve como objetivo corrigir uma anomalia. E nisso o secretário da Fazenda foi muito feliz, até porque esse debate dos agentes de tributos é antigo.

Lembro-me de que, em 2005, tivemos aqui uma audiência pública com a presença de todos os segmentos e todos eles defendiam a unificação da carreira. Defendiam que os agentes de tributos constituíssem crédito, todos que estavam presentes naquela época defendiam isso. Houve modificações, alterações, alguns que defendiam isso naquela época passaram a discordar, faz parte do processo

democrático. Mas o fato objetivo é que o projeto foi aprovado, o projeto contou com a esmagadora maioria dos parlamentares desta Casa. O projeto, sem dúvida alguma, vai agilizar e melhorar a situação do serviço público do nosso Estado.

Portanto, quero reafirmar aqui as colocações que fiz em defesa do secretário da Fazenda. Reafirmo que tudo que está sendo feito é dentro da legalidade, dentro dos princípios legais. Tudo que está sendo feito na Secretaria da Fazenda está dentro da legislação em vigor. Estamos enfrentando uma situação que não é responsabilidade do Estado da Bahia, estamos sofrendo os reflexos de uma crise que é mundial, que começou nos Estados Unidos.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado, V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Rapidinho porque o meu tempo está terminando.

O Sr. Luiz de Deus:- Agradeço a V.Ex^a o aparte que me concede, mas insisto, deputado, V.Ex^a sabe perfeitamente que aquele projeto tornou as atribuições dos agentes de tributos do Estado e dos auditores fiscais exatamente a mesma coisa. Qual era a única diferença? Que os agentes de tributo não podiam lavrar os créditos tributários. A partir desse projeto, qual é a única diferença, mas que, para a Justiça isso não existe? É que o agente de tributo vai poder lavrar só os créditos tributários das micro e pequenas empresas e das mercadorias em trânsito, enquanto que os auditores fiscais vão lavrar os créditos tributários das grandes empresas. Mas isso para a Justiça, deputado, V.Ex^a sabe que é exatamente a mesma coisa, e é o que os agentes de tributo buscam.

Perdoe-me, mas para assegurar, V.Ex^a vai aguardar um pouquinho e vai observar que, dentro de pouco tempo, todos eles que estiverem com três, quatro anos para se aposentar, vão entrar na Justiça pedindo realmente um tratamento igualitário sobre o plano salarial, porque se eu faço a mesma coisa que V.Ex^a, por que V.Ex^a vai ganhar dois “xis” e eu um “xis”, se faço a mesma coisa que V.Ex^a? Se não, V.Ex^a acreditaria que haveria aquela briga entre agentes de tributo e auditores fiscais, deputado? É mais uma questão de falta de bom senso, mais uma vez, do Sr. Secretário da Fazenda, porque nunca mais aquela Secretaria será a mesma, haverá aquele clima de amizade entre uma categoria e outra. E V.Ex^a, mais do ninguém, é testemunha do que ocorreu aqui, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Conclua, deputado, o meu tempo já está esgotando.

O Sr. Luiz de Deus:- Então, isso tudo iria ser gratuitamente, ia se brigar sem nenhuma finalidade, sem nenhum objetivo, deputado?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a tem razão: nunca mais aquela secretaria será a mesma. Nunca mais. A secretaria agora será uma secretaria mais séria, mais ágil, uma secretaria a bem do serviço público do Estado da Bahia, em benefício de sua população. Nisso aí V.Ex^a acertou em cheio. Nunca mais aquela secretaria será a mesma.

Eu queria só explicar que, na realidade, quando V.Ex^a fala na possibilidade de ingresso com ações na Justiça, com a delimitação, com a definição das atribuições isso se tornará muito mais difícil para qualquer ação jurídica. Porque o que acontece é

que antes os agentes de tributo faziam toda a fiscalização, constituíam crédito na prática mas não podiam lavrar o laudo, não podiam assinar. Eles faziam tudo, mas não podiam assinar. Aí, sim, estava mais frágil; aí, sim, uma ação na Justiça tinha muito mais possibilidade de vitória. Agora que se delimitou as funções de um, de forma clara, transparente, e as funções do outro, de forma clara, fica muito mais difícil para o ingresso na Justiça exigindo a equiparação.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero concluir saudando os alunos da Escola Duque de Caxias que estão aqui. Parabéns a todos vocês que estão aqui visitando esta Assembleia Legislativa. (Palmas dos alunos)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Dentro do Programa Interação da Assembleia-Escola, quero aqui saudar os alunos do Colégio Estadual Duque de Caxias. É uma honra recebê-los nesta Casa. (Palmas)

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo, a deputada Antônia Pedrosa.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Pelo tempo de 10 minutos, falará a deputada Antônia Pedrosa, do PRP.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de saudar os autistas e os alunos ali da escola, mas, mesmo estando com problema de dicção por conta de uma cirurgia que sofri na boca. Mas, Sr. Presidente, hoje não poderia deixar de vir a esta tribuna para registrar um fato da maior importância que aconteceu em Barreiras para o enriquecimento da democracia baiana e do Brasil: a cassação da prefeita Jusmari Oliveira.

Gostaria de parabenizar o nosso grande juiz Eustáquio Boaventura, homem que no passado demonstrou e no presente tem demonstrado a sua dignidade de juiz correto, honrado, tanto é, Sr. Presidente, que esse juiz ganhou no Supremo Tribunal uma causa que moveram contra ele por perseguição política.

Então, gostaria de, somente, com toda a dificuldade, por causa da cirurgia, mas não poderia deixar de falar e ler aqui o que diz o nobre juiz no seu despacho. (lê) *“Não foi permitido distribuírem camisetas, canetas, chaveiros ou quinquilharias outras, quanto mais 20 litros de gasolina, algo por volta de cinquenta reais. A vitória do ímpio princípio de que o dinheiro tudo compra, até os mais recônditos valores, princípios e virtudes deve ser rechaçada. Compram-se o amor, a fé, a honra, a inocência e o voto. Com o dinheiro querem apropriar-se do afeto de pessoas simpáticas, da fé em um 'deus fiel'...”*

E diz aqui: (lê) *“O que causa perplexidade ao espírito do julgador foi a desenvoltura com que tudo ocorreu. Às escâncaras e sem medo das consequências! Não fora a agressão ao cinegrafista, diria mesmo que quiseram jactar-se do que de errado se fazia, a despeito de qualquer imputação. Parece ter a certeza da*

impunidade! Quem se expõe em grave transgressão às normas eleitorais, certamente, em alguma coisa se fia... Ninguém, em juízo perfeito e sem esperar ajudas ocultas, poria em risco possível eleição. Quanto ao abuso do poder econômico, além da captação ilegal de votos, ficou evidente a desproporcionalidade de meios em ilícitos favor da requerida, sendo desnecessário e impossível demonstrar-se a 'bico de pena e de tabuada'...”

Sr. Presidente, gostaria de que esta sentença constasse nos Anais desta Casa, porque é embasada no direito puro e faz justiça. Gostaria de que o TRE não procedesse com a ex-deputada Jusmari como procedeu, deputado Heraldo Rocha, com o marido dela, deputado Heraldo Rocha, que foi cassado por um juiz de primeira instância e aqui conseguiu uma liminar.

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Darei o aparte, deputado, é uma honra.

Ele governou os 4 anos com o poder de uma liminar. E esse processo nunca foi, Capitão Tadeu, julgado aqui no TRE. Daqui ele não saiu. Ele, o “primeiro-marido” - porque tem a primeira-dama e o “primeiro-marido” - desrespeitou, assacou contra a Justiça de Barreiras, contra a Justiça baiana, e não foi cassado. Responde a 42 processos na Justiça por compra de votos, por improbidade administrativa, por fraudes eleitorais. E a mulher, a ex-deputada Jusmari, é quem comanda aquele grupo de compradores da consciência humana, deputado Heraldo Rocha. É um grupo que agora sentou praça na Prefeitura de Barreiras para eleger o marido dela deputado federal. Ontem vários colegas me diziam: ela já está em Irecê, em Capim Grosso, no Sul, na Chapada, comprando votos. Deputado Heraldo Rocha, uma pessoa que tem 60 mil votos, mora no Oeste, e 50 mil votos são de fora do Oeste! Esses votos são comprados. Ela já montou praça em Barreiras para eleger o marido.

Então o grupo é o mesmo. Há cinco meses que ela tomou posse e eu estou calada, nunca falei nada, estava dando um tempo. A cidade está um verdadeiro caos. Por conta disso, eu estava vendo na Internet vendo o *site* do Zé Buracão, entrem lá para vocês verem o que é Barreiras. Então espero que a Justiça baiana... Ela diz que hoje consegue uma liminar.

E diz aqui o Dr. Eustáquio: quem diz isso, tem alguma coisa em que ela se fia. Eu não sei em que é, porque ela mandou reunir todo mundo em Barreiras para esperar a chegada dela hoje ainda, Capitão Tadeu. Estão lá seus asseclas esperando e ela dizendo: hoje mesmo volto com uma liminar. Então, é como disse o Dr. Eustáquio: quem assim age é porque está esperando ajudas ocultas .

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria, devido ao meu problema, que V. Ex^a me desse mais dois minutinhos para que eu desse um aparte ao nobre colega Capitão Tadeu.

O Sr. Capitão Tadeu:- Eu agradeço a concessão do aparte ao pronunciamento de V. Ex^a. Mas queria testemunhar que durante a campanha eleitoral eu senti o drama no qual V. Ex^a ficou aqui ao perceber o nível de corrupção eleitoral na campanha, por parte da deputada Jusmari Oliveira.

V. Ex^a o tempo todo denunciou isso aqui e só agora a Justiça fez justiça em

cassar o mandato, pela corrupção eleitoral em Barreiras, da deputada Jusmari Oliveira. Infelizmente essa liminar só nos faz ficar preocupados com a forma como a Justiça tem agido.

Parabéns, e V. Ex^a estava certa e hoje, aqui, nesta Casa a prova de que tinha razão quando denunciou a corrupção da deputada Jusmari Oliveira na campanha em Barreiras. Parabéns pela sua coerência e pela sua coragem em ter denunciado isso aqui antes mesmo de iniciar o processo da Justiça. Parabéns.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Muito obrigada, deputado Capitão Tadeu, que toda vida soube do meu drama, e eu dizia, Capitão, Antônio está com 63%, mas ele, do jeito que está a corrupção em Barreiras, não termina com 20%.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Para concluir, nobre deputada.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Graças a Deus ele teve 22 mil eleitores fiéis, e ela montou a banca da compra de voto usando todos os meios, usando a prefeitura de Luís Eduardo para comprar votos, como agora já está usando a de Barreiras para comprar votos para o seu marido. Está aqui, mas ela tem certeza...

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Para concluir, nobre deputada.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) que conseguirá a liminar aqui, mas tenho fé em Deus, em Senhor do Bonfim que lá em Brasília há de se fazer justiça. Eu quero crer na Justiça daqui, mas se aqui não conseguirmos, iremos para Brasília, e lá eu sei que a justiça será feita, como foi feita aqui pelo brilhante juiz Eustáquio Boaventura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Nobre deputada Antônia Pedrosa, eu compreendo a posição de V. Ex^a, mas eu queria, pela prudência, a ex-deputada Jusmari é ex-colega desta Casa e de acordo com o art. 41, V. Ex^a tem a responsabilidade, tem até imunidade, por aquilo que afirma da tribuna desta Casa, e eu tenho muito respeito por V. Ex^a e V. Ex^a sabe disso. Mas quero comunicar que esta presidência irá retirar o termo utilizado que acredito ser muito pesado para um ex-parlamentar desta Casa. Então, peço a V. Ex^a prudência neste momento e peço para retirar somente esse termo.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:-Concordo, Sr. Presidente, é a emoção, é o que está me marcando desde a eleição, quem tinha uma eleição ganha, e eu dizia ao Capitão Tadeu – vamos perder a eleição por conta da corrupção. Coloque um termo mais ameno, bote que são compradores da consciência humana.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Então, determino à taquigrafia que retire o termo que faz referência à deputada Jusmari Oliveira, esta presidência determina.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, a questão de ordem é no seguinte

sentido: vou precisar dar uma entrevista agora e quero aqui já informar a V.Ex^a que os tempos da Bancada da Maioria serão utilizados pelo deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Fica feito o registro, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Com a palavra o Líder do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará em primeiro lugar, por cinco minutos, o deputado João Carlos Bacelar e pelo tempo restante este deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Concedo a palavra ao nobre deputado João Carlos Bacelar, representante de Mata do São João e Bahia, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com muita satisfação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Antônia Pedrosa, venho à tribuna, hoje, para consertar uma injustiça que fiz no dia de ontem.

Eu, no dia de ontem, falei que a maior montadora chinesa, a *Chery*, vem para o Brasil e vai montar a sua fábrica em São Paulo, no Rio de Janeiro, Minas Gerais ou no Ceará. Essa montadora vai produzir 150 mil veículos por ano, e aí eu dizia que a Bahia estava fora pela incompetência do governo Wagner e pela má vontade do presidente Lula para com o Estado da Bahia.

Mas, deputado Heraldo Rocha, eu fui injusto no que se refere ao presidente Lula, porque o presidente Lula não tem nada a ver com isso. Mas o governador Wagner foi convidado para fazer um palestra em Cancun, no México, e chegou 24 horas atrasado. Perdeu a palestra, o que é um absurdo, uma gafe internacional.

Agora, pasme V.Ex^a, a Bahia foi convidada para também participar da concorrência para trazer a Chery. Sabe o que é que a Secretaria da Indústria e Comércio diz? Que, infelizmente, a Bahia enviou a proposta para a montadora com atraso, ou seja, depois dos demais estados. Por isso é que a Bahia não está sendo considerada para implantação da montadora.

Isso num governo sério, isso numa empresa séria daria demissão, mas na Bahia dão risadas nos chás das 5, no Palácio de Ondina. Um Estado que precisa gerar emprego, um estado que precisa de geração de renda, um estado pobre, um estado que tem uma arrecadação tão baixa, como é que a Secretaria da Indústria e Comércio se esquece, deputado Capitão Tadeu, de mandar a proposta para que a China implantasse a montadora de veículos na Bahia? Por quê?

Explicação oficial da Secretaria. - E eu, aqui, ontem, culpei o presidente Lula. -Porque a fábrica pode ir para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais ou para o Ceará.

Eu disse: Por que não na Bahia que já tem uma montadora Ford, que o PT e o governador Wagner foram contra que essa montadora se instalasse também na Bahia?

Eles deixaram, deputado presidente, de se preocupar com emprego, porque a companheirada toda está empregada no governo, tudo o que é petista tem uma boquinha no governo, como dizia o governador Antony Garotinho. Eles aí não se

preocupam mais em gerar emprego.

Como é que uma secretaria, deputado Pedro Alcântara, perde o prazo para encaminhar a proposta para instalar a montadora no Estado? Só na Bahia. É um descaso total para com os recursos públicos, é um descaso total para com o interesse público. O governador precisa se pronunciar oficialmente.

Como é que a Bahia precisando tanto de emprego e de gerar renda perde o prazo para entregar a proposta?

Da mesma maneira que o governador não tem tempo para receber em audiência a Associação dos Amigos dos Autistas da Bahia, ele também não tem tempo de olhar os seus projetos, os projetos de interesse do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Ontem, aqui, o deputado Gilberto Brito achou que era uma ofensa à administração fiscal do Estado ser chamada de irresponsável. Hoje, deputado Gilberto Brito, não é só a administração fiscal, não, a administração industrial também, dos interesses industriais do Estado, é uma administração totalmente irresponsável.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, representante de Valença, Macarani, Laje, Itapetinga, Salvador e de toda a Bahia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, jovem parlamentar e atuante deputado Júnior Magalhães, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, familiares dos autistas, minhas senhoras e meus senhores, ontem foi um dos dias, deputado Luiz de Deus, deputado Pedro Alcântara, deputado Tadeu, deputado Misael Neto, Líder de o Democratas, deputado João Bacelar, mais importantes desta Casa, quando tivemos um debate de alto nível para discutir um pedido de empréstimo do governo do Estado ao BNDES. Discutimos o assunto profundamente, tecnicamente, e foi uma discussão político-partidária.

Mas, hoje, o Exmº Sr. Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Carlos Martins, Sr. Presidente, disse que a denúncia que fizemos é um verdadeiro tiro no pé, além de estapafúrdia, embora não saiba nem o que é isso, e tinha o objetivo de inviabilizar a votação desse empréstimo. Disse ainda, e essa afirmação é grave, que alguns deputados têm-no perseguido em razão de ter contrariado interesses pessoais, como empresas que não foram contempladas com isenções fiscais até por causa da legislação do Fisco recentemente aprovada.

Deputado João Carlos Bacelar, as declarações do Sr. Secretário da Fazenda são gravíssimas. O Líder da Minoria, reunido hoje pela manhã com a sua Bancada, tomou uma decisão: estará dando entrada a um requerimento ao procurador da Casa, porque aqui, deputado Júnior Magalhães, que para nossa honra preside essa sessão, o secretário não está acusando um deputado, mas 63 parlamentares desta Casa, que são suspeitos de acordo com as declarações levianas, inconsequentes dele.

É por isso que as finanças do Estado da Bahia se encontram em situação pré-falimentar. Como afirmou o Sr. Secretário, todos os 63 deputados desta Casa, tanto os da Base aliada quanto os da Base da Oposição, todos nós, são suspeitos de pressioná-lo.

Estamos dando entrada a uma representação, hoje, no Tribunal de Contas do Estado, para que seja feita uma auditoria dessa situação denunciada por nós. Informações de técnicos do governo que aqui estiveram ontem dão conta de que no próximo quadrimestre já haverá uma situação difícil para nosso Estado. E foi o Sr. Secretário quem gerou um grave problema para as finanças do Estado, criando na Secretaria, e essa Casa assistiu a isso em audiência pública, um clima de guerra entre os agentes de tributos e os auditores fiscais. Houve uma queda na arrecadação do Estado de quase dois bilhões de reais, enquanto no Rio de Janeiro, por exemplo, houve aumento na arrecadação. E que se pode depreender dessa situação? Falta de gestão, competência e comando na Secretaria da Fazenda.

Sr. Presidente, estamos fazendo um requerimento e esperamos que a Mesa Diretora desta Casa, da qual V. Ex^a faz parte, para nosso orgulho e nossa honra, assim como o deputado Rogério Andrade, primeiro Vice-Presidente, e o deputado Fernando Torres, tome providências enérgicas e sérias para que esse secretário seja convocado, o mais rápido possível, a esta Casa e diga quais são os deputados, dê nomes aos deputados, porque senão, até que se prove o contrário, todos nós somos suspeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, usarei todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados Capitão Tadeu, Heraldo Rocha, Luiz de Deus, João Carlos Bacelar, Bira Corôa, Misael Neto e Júnior Magalhães que preside esta sessão e são os deputados que se encontram neste momento em plenário, quarta-feira, às 16h24min, imprensa, aqueles que nos honram com as suas presenças, hipoteco o meu apoio a essa entidade séria, importante, conceituada, como sempre fiz em todo o tempo em que me encontro nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras do meu colega, amigo, do qual sou eterno admirador, que há 20 anos, praticamente, prestigiava a minha filiação no PL – Partido Liberal -, hoje Partido da República, no qual estou até hoje. Nele vou fazer 20 anos no próximo ano, deputado Heraldo Rocha, espero contar com a presença de V.Ex^a em Juazeiro, num ano eleitoral, mas não tenho dúvida de que isso não haverá de nos separar se estivermos em palanques diferentes, se estivermos no mesmo palanque será melhor ainda. Mas ouvi atentamente as palavras de V.Ex^a.

Na noite de ontem, já bem tarde, esta Casa autorizava o governo do Estado da

Bahia a contrair empréstimo no valor de 375 e frações milhões para aliviar, amenizar as dificuldades do Estado.

Estou satisfeito de ter votado neste projeto porque parte desse recurso irá para a maior obra do governo em Juazeiro que é o Hospital Regional, para concluir pagamentos, porque a obra já está pronta, e para o equipamento definitivo colocando Juazeiro na medicina de alta complexidade.

Portanto cumpri o meu dever de votar num projeto importante. E não tenho dúvida de que esse equipamento que o governo deverá inaugurar em Juazeiro, em 15 de julho, será a maior aquisição daquela cidade em toda sua história, porque atenderá a maior demanda reprimida que tem que é na área da saúde. Essa obra irá desonerar a prefeitura para que ela possa dedicar-se a, primeiro, melhorar o atendimento dos PSFs de Juazeiro e equipá-los melhor; segundo, hoje o Hospital Regional funciona na Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro e policlínicas, maternidade e outros serviços que não serão contemplados no Hospital Regional de Juazeiro deverão ser feitos na Santa Casa de Misericórdia, Santa Casa onde militei como médico e fiquei por tanto tempo e só fiz medicina filantrópica em Juazeiro porque entendo que medicina não é profissão para ganhar dinheiro.

Mas eu diria, deputado Heraldo Rocha, que o ouvi atentamente V.Ex^a comentar o que a imprensa traduz hoje da fala do secretário da Fazenda do nosso Estado. Em primeiro lugar, é verdade, ficou provado que foi um tiro no pé aquela questão levantada em relação ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Estado. Ficou provado que foi um tiro no pé. Foi um açodamento, um equívoco da Oposição ter trazido um tema desse para obstruir e votar contra esse empréstimo que autorizamos ontem à noite.

Em segundo lugar, em relação ao que o secretário afirmou, segundo a imprensa, precisamos conversar primeiro, que alguns deputados o tinham procurado no sentido de rever, ou de ver, ou de propor que fossem beneficiadas com incentivos fiscais empresas do interesse do deputado.

Particularmente, companheiro Heraldo Rocha, eu, como deputado, vejo com muita tranquilidade, se por acaso houver incentivo do estado para empresas e algumas empresas de Juazeiro não tenham sido beneficiadas e estejam enquadradas dentro do processo. Eu vejo com naturalidade esta questão e poderei, a qualquer momento, ir a uma secretaria pedir incentivos para empresas que geram emprego em minha terra.

Quanto à outra questão colocada pelo secretário – segundo a imprensa – que ainda ficaram algumas sequelas em relação àquele projeto dos auditores e agentes de tributos, a bem da verdade, ficou mesmo, repito, a bem da verdade, ficou. Nós tivemos uma posição clara aqui em defesa dos agentes de tributos. Nós ficamos.

Agora, o deputado Gaban anunciou, de viva voz, aqui na tribuna e na imprensa, que quem o teria assessorado no projeto seriam alguns auditores do estado. E antes de o secretário colocar, eu coloquei aqui, através de um aparte ao deputado Heraldo Rocha, que, em minha visão política – poderia ser até que eu estivesse equivocado – de auditores ainda com sequelas em função do projeto deram ou poderiam ter dado

esta assessoria ao deputado Gaban em relação ao projeto de ontem.

E eu coloquei que quanto à assessoria anônima, eu não conto. Aquele que dá uma assessoria e não tem coragem de dizer quem assessorou, para mim, não vale nada essa assessoria. Foi isso que levou o deputado Gaban a cometer um equívoco em relação a esta questão. Tal equívoco poderia ter colocado, sobre um projeto importante para o estado, dificuldades para ser aprovado.

Portanto, eu não vejo nenhum motivo para se convocar secretário para vir aqui como o secretário da Fazenda. A princípio, como Líder da Bancada do PR, bancada independente, ponho-me contrário a isso, vez que concordo com as colocações do secretário da Fazenda. Se é verdade o que está na imprensa, posiciono-me, apenas, com cautela em relação à questão dos deputados, como já expliquei aqui, ou seja, este procedimento não é grave quanto a um deputado procurar a secretaria para defender incentivos para qualquer empresa que gere empregos em nosso estado.

Mas, Sr. Presidente, há pouco usou a tribuna desta Casa, a deputada Antônia Pedrosa, minha amiga, por quem eu tenho uma admiração muito grande, e eu quero parabenizar V.Ex^a, pelo cuidado. Tenho uma admiração particular tanto por ela quanto pelo seu marido, ex-prefeito de Barreiras. Ela mesma confessou que, no calor da emoção do seu pronunciamento, teria dito que a prefeita Jusmari legitimamente eleita em Barreiras – como colocou V.Ex^a – ex-colega nossa aqui desta Casa, ex-deputada federal e hoje prefeita de Barreiras, chefiava grupo de compradores de consciência humana, naquele município. Então, o comportamento de S.Ex^a como magistrado foi exemplar, e eu quero parabenizar. Peço à deputada para retirar as suas palavras.

E sendo a deputada Jusmari, minha colega de partido, o PR, de quem eu gosto como eu gosto da deputada Antônia Pedrosa, entendo que a sua eleição foi legítima em Barreiras. Há uma decisão da Justiça no sentido, ou melhor, há um pronunciamento da Justiça local para afastá-la do cargo de prefeita. E, segundo informações da própria deputada e do deputado Capitão Tadeu, foi concedida liminar para ela retornar ao cargo. Nada mais justo.

Da mesma maneira que a deputada Antônia Pedrosa acha que foi certa a decisão do juiz, eu acho que foi certa a decisão do desembargador em conceder uma liminar para que ela retorne. Depois, vamos julgar o mérito da questão. Por isso, há outras instâncias da Justiça. (Pausa) Bem, segundo a afirmação da deputada, eu estou absolutamente... Mas acredito ainda que poderá conceder. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães)- Nobre deputado Pedro Alcântara, o próximo horário é do PR. V.Ex^a quer utilizá-lo?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Gostaria com a tolerância de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães)- Continua com a palavra o deputado Pedro Alcântara durante 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Então, eu acho que o Tribunal Regional Eleitoral vai analisar este processo com a cautela que lhe é peculiar. Não tenho dúvida nenhuma de que, agindo para o retorno da prefeita Jusmari à prefeitura de Barreiras, estarão agindo de acordo com a lei e de acordo com a interpretação da

própria lei. Entendo, que decisão da Justiça se cumpre e não se discute. Mas, é um tema também de ordem política que envolve uma política e tem história também na política baiana. Jusmari sempre foi uma deputada valorosa tanto aqui quanto no Congresso Nacional. Tantas vezes quantas ela foi candidata para tal cargo, ela foi eleita com uma votação expressiva.

Por isso em nome da Liderança do PR, eu faço aqui esta defesa, por acreditar que a justiça retornará a deputada Jusmari, ex-deputada estadual e ex-prefeita de Barreiras, à frente de tão importante município como é o município de Barreiras.

Eu conversava com um deputado – não estou autorizado a citar o nome dele, mas é um valoroso parlamentar desta Casa –, e ele dizia que em sua cidade ocorreu uma questão similar a essa de entra e sai prefeito. Disse-me que não quer ter nunca mais essa experiência nos municípios que representa, tendo em vista a descontinuidade administrativa. E quem acaba pagando é a população.

Concordo em grau, gênero e número com essa declaração desse valoroso deputado deste Parlamento, mas não tenho o direito de citar seu nome porque ele não me autorizou a fazê-lo. Mas recomendo, aconselho uma compreensão no sentido de se rever esse tira e bota de prefeito, porque, na realidade, quem perde é o município e a sua população. Perdem muito.

Abordando outro tema, Sr. Presidente, quero dizer que nós deputados reclamamos muito por não votamos projetos de origem parlamentar, o que é verdade. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem pauta as discussões nesta Casa é o Executivo, pois nos atemos muito mais a projetos oriundos dele ou de outros Poderes do que aos nossos. Poucas vezes vi deputado vir a esta tribuna defender projeto de sua autoria. Poucas vezes! Dão entrada, aparecem na mídia, no entanto não há uma defesa consistente das proposições apresentadas, com raras e honrosas exceções.

Pois bem, apresentei o projeto de lei nº 17.955/09, que foi publicado no dia 29 de abril do ano em curso, que diz: “Proibi o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em ambientes de uso coletivo, público ou privado, no Estado da Bahia, e cria ambientes de uso coletivo livres de tabaco e dá outras providências”.

Sr. Presidente, acho oportuna a apresentação deste projeto, primeiro, porque sempre fui um combativo militante contra o uso do tabaco e de seus derivados. Além disso, como médico obstetra e ginecologista, a tese que defendi constantemente foi a de que o baixo peso fetal decorre com frequência do fato de a gestante ser usuária do cigarro.

Se o Sr. Presidente estiver me ouvindo nesta hora – e ele disse que vai procurar um mecanismo para que projetos de deputados venham a votação, e aí sejam aprovados ou reprovados –, eu rogo a S.Ex^a, ou à comissão constituída por ele para tal fim, que tome as medidas necessárias para que analisemos este projeto com carinho. É similar aos que foram feitos em São Paulo, Nova Iorque, Buenos Aires, Paris, Tóquio, etc. Em todas essas grandes cidades, hoje, quem quiser fumar, fuma em casa ou no meio da rua. Porque o fumante passivo é muito sensível às agressões, e são centenas, milhares deles, todos vítimas do tabaco, substância que agride o

fumante e quem esteja em torno dele.

Portanto, meu caro Líder do governo, solicito a V.Ex^a que encampe essa luta para aprovar este projeto.

Para desmoralizar qualquer argumento daqueles que defendem o uso do tabaco e dos seus derivados dizendo que a sua proibição geraria desemprego, trago aqui a *Folha de S. Paulo* de ontem, que deu destaque de quase uma página inteira ao resultado de uma pesquisa feita em Nova Iorque demonstrando que, depois de 1 ano da implantação de um projeto similar a este, aquela metrópole, a maior do mundo...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Sr. Deputado Pedro Alcântara, aproveito o tempo de V.Ex^a para registrar que estão aqui presentes autistas e representantes da AMA, entidade que merece todo o respeito desta Assembleia.

Peço ao deputado Waldenor Pereira, um homem sensível às causas sociais, que possa realmente atender o pleito deles de uma audiência com o Sr. Governador, na qual pedirão que a lei aprovada por esta Casa seja cumprida.

Então, quero fazer este registro, agradecendo a presença das mães, dos funcionários da AMA, de Rita, a presidente, de todos os que defendem, com muito amor e muito carinho, essa causa.

Devolvo a palavra ao deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Compreensível o uso da palavra de V.Ex^a, Sr. Presidente, em relatar e procurar apoio para sustentação dessa entidade.

Mas, Sr. Presidente, como eu dizia, o *Folha de S. Paulo* destacou a pesquisa feita na cidade de Nova York que desmonta qualquer discurso em defesa do uso do tabaco e seus derivados. Primeiro, o número de frequentadores de recintos fechados, hotéis, bares, etc. aumentou e muito, quase 20% em função de ser proibido o uso dos derivados de droga tão maléfica ao ser humano. A saúde dos trabalhadores do setor foi recuperada em quase 80%, porque eles eram agredidos diuturnamente pela fumaça, pelos derivados dessa droga tão nociva ao ser humano. As doenças de ordem cardiológica e outras mais em consequência do uso do cigarro, também da mesma forma. Por fim, toda a cadeia em que era constante o uso do cigarro no seu ambiente foi recuperada.

Portanto, isso desmoraliza qualquer tese daqueles que investem, e investem muito, para colocar em xeque esse projeto que hoje é absorvido no mundo inteiro. Acredito, deputado Gaban, que V.Ex^a será também uma pessoa importante para que possamos aprovar esse projeto e fazer com que ele seja aplicado. Para isso, vamos utilizar a Vigilância Sanitária, o Procon, entidades outras, ONGs para fiscalizar, e esse projeto reza para o proprietário da repartição em que for proibido o uso do cigarro, em torno de R\$ 148 mil de multa.

Acho, deputado Júnior Magalhães, que é um projeto importante, não inédito, não é ruim se copiar o que é bom, pois nada existe que seja tão bom que não possa ser melhorado, como nada que existe de ruim que não possa piorar.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Acho que é um projeto de cunho relativo à saúde e um apelo muito forte.

Para concluir, Sr. Presidente, chega uma informação, agora, de que, neste momento, mais de 10 mil pessoas estão na porta da prefeitura de Barreiras em apoio à prefeita afastada, Jusmari. Acho que o Tribunal Regional Eleitoral tem que ver com cautela, com cuidado, essa questão para que o município não venha a sofrer uma comoção social, é de bom alvitre. A eleição considero legítima a da deputada Jusmari, ela tem o direito, delegado pela população daquele município, não foi só em relação à questão de prefeita, como deputada estadual, deputada federal, tantas vezes quantas se candidatou, salvo engano, foi vereadora. Foi realmente bastante ovacionada, através das urnas daquele município importante da Bahia, e isso é uma prova cabal de que a sua eleição é legítima.

Como Líder do seu partido nesta Casa, com todo apreço que tenho pela deputada Antônia, deputada valorosa, de valor igual, mas, como Líder do PR nesta Casa e por acreditar que a eleição dela é legítima, se não fosse, não faria a sua defesa, acredito que a Justiça Eleitoral retornará Jusmari à frente da prefeitura daquele município, o que é um desejo da maioria da sua população.

O próximo horário é de que partido?

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- PSDB. Mas antes há uma questão de ordem do Líder deputado Waldenor Pereira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, já que fui citado nominalmente pelo deputado Pedro Alcântara, não vim aqui para utilizar o horário do DEM, mas o Líder do governo disse que teria de se ausentar e pediu que na minha formulação de questão de ordem, fizesse o comentário necessário.

Eu gostaria de dizer ao deputado Pedro Alcântara que, primeiro, a mim não cabe dar qualquer tipo de satisfação sobre as consultorias que faço, se vou dar os nomes ou não. Faço da maneira que quiser, esse é o meu mandato, pertence a mim, foi o povo que me elegeu.

V.Ex^a não tem o direito de fiscalizar os meus atos. Mesmo com a amizade que temos e sempre tivemos, nunca lhe dei o direito, assim como V.Ex^a nunca me deu o direito de fiscalizar os seus atos.

Tenho, sim, vários amigos auditores fiscais. E eu já disse algumas vezes aqui, nesta Casa, que Deus sempre foi muito grato comigo. Na época do governo João Durval, fui diretor-geral do Detelba, quando travei contatos com muitos auditores,

muitos deles, hoje, aposentados. Quando fui presidente desta Casa eu trouxe um deles para ficar responsável pela auditoria interna da Assembleia, porque eu queria tudo muito bem feito.

Não só ele como outros, hoje aposentados, prestam-me assessoria, sim, pela amizade e consideração que têm a mim. E não vejo falha nisso, não, deputado Pedro Alcântara. O problema é meu. As assessorias quem escolhe sou eu, assim como V.Ex^a escolhe as suas.

Sobre o infeliz pronunciamento do secretário Carlos Martins, eu já me manifestei hoje. Eu não entendi bem a colocação de V.Ex^a, se é uma prévia defesa que faz por ter pedido incentivos fiscais. Mas eu já disse aqui, desta tribuna, inclusive hoje – V.Ex^a não estava presente –, que o incentivo fiscal é dado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Nenhum secretário tem competência nem atribuição para conceder anistia fiscal. Se ele assim tem procedido, temos que investigar. Porque ele disse que vários parlamentares estão envolvidos nisso. Então, tem que dar os nomes, sim.

Vou acionar o procurador da Assembleia, que hoje não está na Casa, deputado Clóvis Ferraz. Ele tem o dever de defender os 63 parlamentares, não só V.Ex^a, não. E também não vejo mal algum se tivesse ido pedir incentivos fiscais. Eu acho que é o papel do parlamentar incentivar as empresas a crescerem e se desenvolverem, gerando emprego e renda. Mas a concessão da anistia fiscal cabe ao Poder Legislativo. Então, não é crime, mas o secretário colocou como se fosse.

O que coube a mim, o que vesti a carapuça, foi a defesa do IAF. Eu fiz a defesa do IAF, Sr. Presidente, de acordo com minhas convicções. Se fui vencido, se os meus argumentos não prevaleceram, fiz o que deve fazer um parlamentar, deputado Pedro Alcântara: procurei a Justiça. Através do meu partido, o DEM, apresentei uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal. O governo do Estado já foi notificado para prestar os esclarecimentos necessários.

Em todos os meus pronunciamentos nesta Casa pela inconstitucionalidade, baseei-me numa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, no dia 28 de dezembro de 2008, decidiu uma ação contra o Estado do Ceará, que aprovara um projeto idêntico.

Então, deputado Pedro Alcântara, por mais amizade que eu tenha por V.Ex^a, não vou permitir... Espero que isso não se repita. Já é a segunda ou terceira vez, em menos de um mês, que V.Ex^a faz referência ao meu nome aqui de uma maneira não cordial, não como amigo, muitos menos como parlamentar. Espero, até para que possamos preservar a amizade, que esse fato não se repita.

Não venha querer policiar o meu mandato, policiar as auditorias que tenho. Consulto o que eu acho que são mais competentes. Esse é um problema meu, unicamente meu e, nesse sentido, discordando do que foi feito ontem, nesta Casa, agi como parlamentar.

Já estive no Tribunal de Contas do Estado, já marquei uma audiência com o Ministério Público, a quem vou apresentar denúncia, porque não estou convencido. Os auditores que me estão orientando, aposentados ou não, são problema é meu.

Confio neles, que já tem serviço prestado à Bahia como auditores fiscais.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Gaban:- Confio naquele que eu trouxe para comandar, aqui, a auditoria interna da Assembleia Legislativa da Bahia.

Então, já estive no Tribunal, já estamos encaminhando e hoje vou apor minha assinatura...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Qual a sua questão de ordem?

O Sr. Gaban:- Concluindo, Sr. Presidente.

Hoje, estamos assinando e enviando a denúncia para o Tribunal, e vamos enviá-la para o Ministério Público.

Essas são as considerações que faço.

E minha questão de ordem, Sr. Presidente, acatando o que foi solicitado aqui pelo Líder da Maioria, solicito a verificação de quórum tendo em vista que o Plenário está vazio e conta com a presença de apenas 6 Srs. Parlamentares. Essa é a Questão de ordem que faço, que se procede de acordo com a solicitação do Líder Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Determino, neste momento, que o painel seja zerado e comece a contar 15 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Antes, Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, tenho a honra de privar da amizade do deputado Gaban e dos seus familiares. Entendo que ele não ouviu direito as minhas colocações, primeiro porque sou um deputado que não aceita o patrulhamento do meu mandato – e tenho dito reiteradamente da tribuna desta Casa –, assim como não faço patrulhamento do mandato de ninguém. Absolutamente. E tenho colocado que não tem nada a ver com a atividade parlamentar, porque respeito o Parlamento, respeito tanto que estou aqui há mais de duas décadas.

O meu mandato sempre foi referendado pela população da minha região. Gosto do Parlamento, todos os dias estou aqui, e respeito todos os deputados. Duvido que tenha um parlamentar que diga que tem problemas de ordem pessoal comigo. Eu desafio. Sou um homem de acordo.

Peço ao deputado Gaban que reveja nas notas taquigráficas o que eu coloquei no meu pronunciamento, e absolutamente, não foi no sentido de patrulhamento. Eu coloquei o meu ponto de vista quanto a questão. Eu disse que concordava com as palavras do secretário, e inclusive disse ontem à noite aqui que deve ter ficado alguma sequela da questão que envolveu os agentes de tributos e os auditores fiscais. Tenho certeza de que ficou, não adianta escondermos a verdade.

Disse ainda que não estou fazendo patrulhamento do mandato de V.Ex^a, porque ele lhe pertence, e a quem o colocou aqui. Disse também que assessoria anônima para mim não tem valor. E reafirmo isso, pois quem me prestar assessoria que não tenho como conhecer o nome não darei valor a essa assessoria. É uma questão de foro íntimo que coloquei com muita propriedade, e é assim que eu procedo, faço, desejo e

quero.

Jamais fui à tribuna...estive há pouco fazendo referência a um deputado que fez questão nesta Casa, só porque ele não me autorizou a colocar o seu nome, e eu não coloquei, porque sei que ele está convicto disso. O que ele colocou foi em relação ao afastamento, de tirar e colocar prefeito, mas citei o milagre e não o santo, porque eu não tinha autorização do deputado. E esse é o meu comportamento, e V.Ex^a sabe disso. Tive a honra de ser seu vice-presidente, da sua confiança, quanto mais V.Ex^a que quando precisou de uma mão eu estava ao seu lado, talvez tenha sido o único.

O Sr. Gaban:- Eu procedo da mesma forma com V.Ex^a.

O Sr. Pedro Alcântara:- O que prova que somos amigos, mas V.Ex^a não entendeu o que eu disse. Reveja as notas taquigráficas para ver se V.Ex^a tem razão ou não. Não fiz o patrulhamento do seu mandato, porque não aceito isso, Jamais faria.

Temos que ter independência, e tenho dito que agora está sendo melhor ser deputado do que todas as vezes que fomos no passado, e tenho certeza de que V.Ex^a concorda com isso. Temos o direito de ir à tribuna, de colocar questões, de discutir projetos, contrapontos, o contraditório. E V.Ex^a, hoje, com certeza está no exercício do seu mandato muito melhor do que nos outros, ressaltando a administração de V.Ex^a na condição de presidente desta Casa.

Vivemos um momento político plural em todo o Estado da Bahia. Reveja nas notas taquigráficas o que eu falei, e repito: primeiro, que tenho certeza de que ficaram sequelas aqui do Projeto do Fisco, toda a Bahia e a própria Secretaria da Fazenda sabem disso, e, segundo, que assessoria anônima para mim não tem valor.

O Sr. Gaban:- Para mim tem.

O Sr. Pedro Alcântara:- Pode ter para V.Ex^a, mas para mim não tem. Quando se colocou que tiveram auditores fiscais cujos nomes não foram declinados em momento nenhum... Para mim, repito, assessoria anônima não tem valor.

O Sr. Gaban:- Eu não cobre o nome.

O Sr. Pedro Alcântara:- Não interessa. Não estou questionando que V.Ex^a disse ou não os nomes. Nem cobre isso, apenas disse que para mim...

O Sr. Gaban:- Vou checar isso nas notas taquigráficas.

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a pode checar e amanhã estaremos aqui.

O Sr. Gaban:- Na próxima semana.

O Sr. Pedro Alcântara:- Está marcado. Não cobre que V.Ex^a declinasse os nomes. As notas taquigráficas estão aí.

Disse que a assessoria anônima para mim não tem valor, e essa é minha ótica, deputado. Tenho que ser respeitado. Também coloquei isso ontem à noite no debate do projeto. Portanto, realmente quero continuar sendo seu amigo como também de seus familiares, porque não tenho motivos para não o ser, respeito o trabalho de V.Ex^a, e nesse mandato mais que nunca, porque estamos tendo a oportunidade de debater coisas importantes.

Queria estar presente aqui, para concluir, porque está terminando o tempo da minha questão de ordem, quando o deputado Herald Rocha disse em alto e bom som ontem que, se voltar a ser governo, vai se reciclar. Isso é uma ação do Parlamento,

num momento tão democrático que nós vivemos hoje aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E reitero que o deputado Gaban reveja as notas taquigráficas, porque em momento algum cobrei dele citar nomes. Apenas disse que aquela assessoria, na minha ótica, não tem valor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Não havendo número legal, atendendo à verificação de quórum solicitada pelos deputados Waldenor Pereira e Gaban, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*